TERMO DE USO

1. ACEITAÇÃO DO TERMO DE USO

O presente Termo de Uso se refere a um contrato de adesão firmado entre o usuário e o fornecedor deste portal, a Empresa de Tecnologia da Informação do Piauí (ETIPI), localizada no Centro Administrativo • Av. Pedro Freitas, 1900 • São Pedro • CEP: 64.018-900 • Teresina-PI.

O uso deste portal está condicionado à aceitação e ciência dos termos e das políticas associadas a ele. O usuário deverá ler tais termos e políticas, certificar-se de havê-los entendido, estar consciente de todas as condições estabelecidas no Termo de Uso e se comprometer a cumpri-las.

Além disso, o usuário entende que seus dados pessoais serão tratados e compartilhados nas formas, finalidade específicas e bases legais descritas no Aviso de Privacidade, e concorda com seus termos.

2. DEFINIÇÕES DO TERMO DE USO

Para os fins deste Termo de Uso, são aplicáveis as seguintes definições:

Agente público:	Todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nos órgãos e entidades da Administração Pública, direta e indireta.
Agentes de Estado:	Inclui órgãos e entidades da Administração Pública além dos seus agentes públicos.
Códigos maliciosos:	São qualquer programa de computador, ou parte de um programa, construído com a intenção de provocar danos, obter informações não autorizadas ou interromper o funcionamento de sistemas e/ou redes de computadores.
Sítios e aplicativos:	Sítios e aplicativos por meio dos quais o usuário acessa os serviços e conteúdos disponibilizados.

Internet:	Sistema constituído do conjunto de protocolos lógicos, estruturado em escala mundial para uso público e irrestrito, com a finalidade de possibilitar a comunicação de dados entre terminais por meio de diferentes redes.
Usuários:	(ou "Usuário", quando individualmente considerado): Todas as pessoas naturais que utilizarem os serviços do portal **ETIPI**.

3. ARCABOUÇO LEGAL

O arcabouço legal aplicável aos serviços disponíveis no portal **ETIPI** compreende os seguintes atos legislativos e normativos:

Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 - Marco Civil da Internet	Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil.
Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 - Lei de Acesso à Informação	Regula o acesso a informações previsto na Constituição Federal.
Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017	Dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública.
Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018	Dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.
Lei nº 13.444, de 11 de maio de 2017	Dispõe sobre a Identificação Civil Nacional (ICN).
Decreto nº 22.249, de 25 de julho de 2023	Dispõe sobre a Política Estadual de Segurança da Informação e Comunicação (Posic).
Decreto nº 8.777, de 11 de maio de 2016	Institui a Política de Dados Abertos do Poder Executivo Federal.
Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012	Regulamenta a Lei no 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), que dispõe sobre o acesso a informações previsto na Constituição.
Decreto nº 9.690, de 23 de janeiro de 2019	Altera o Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012, que regulamenta a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 - Lei de Acesso à Informação.

Decreto nº 7.845, de 14 de novembro de 2012	Regulamenta procedimentos para credenciamento de segurança e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo, e dispõe sobre o Núcleo de Segurança e Credenciamento.
Decreto nº 10.046, de 09 de outubro de 2019	Dispõe sobre a governança no compartilhamento de dados no âmbito da administração pública federal e institui o Cadastro Base do Cidadão e o Comitê Central de Governança de Dados.
Normas complementares do Gabinete de Segurança da Informação da Presidência (GSI/PR)	Disciplinam a Gestão de Segurança da Informação e Comunicações na Administração Pública Federal, direta e indireta, e dá outras providências.
Decreto nº 9.637, de 26 de dezembro de 2018	Institui a Política Nacional de Segurança da Informação, dispõe sobre a governança da segurança da informação, e altera o Decreto nº 2.295, de 4 de agosto de 1997, que regulamenta o disposto no art. 24, caput, inciso IX, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dispõe sobre a dispensa de licitação nos casos que possam comprometer a segurança nacional.
Lei nº 12.737, de 30 de novembro de 2012	Dispõe sobre a tipificação criminal de delitos informáticos.

4. DESCRIÇÃO DA PLATAFORMA

O Portal da **Empresa de Tecnologia da Informação do Piauí** é acessado pelo endereço https://portal.pi.gov.br/etipi/ e requer a inserção de dados pessoais para a utilização de alguns serviços. A gestão deste portal está sob a responsabilidade da **ETIPI**. Os diversos conteúdos disponíveis no serviço em questão são fornecidos pelos demais órgãos do Estado.

O Portal da **ETIPI** objetiva constituir-se um agregador oficial de conteúdos e serviços oferecidos pelo Governo Estadual do Piauí. Abrange serviços que, apesar de utilizarem o design do Portal, são mantidos em outra estrutura tecnológica, estando sob a responsabilidade das unidades gestoras desses sistemas. Cabe à Diretoria de Transformação Digital (DTD) a atualização de conteúdos institucionais, por solicitação de outras unidades, e noticiosos. A DTD é também responsável pela gestão da experiência do (a) usuário (a)

(UX), incluindo estudo da arquitetura da informação, design, otimização para mecanismos de busca (SEO), usabilidade e práticas para melhorar a qualidade do serviço.

5. DIREITOS DO(A) USUÁRIO(A) DO SERVIÇO

De acordo com a Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, são direitos básicos do usuário:

I. Participação no acompanhamento da prestação e na avaliação dos serviços;

II. Obtenção e utilização dos serviços com liberdade de escolha entre os meios oferecidos e sem discriminação;

III. Acesso e obtenção de informações relativas à sua pessoa constantes de registros ou bancos de dados, observado o disposto no inciso X do caput do art. 5º da Constituição Federal e na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011;

IV. Proteção de suas informações pessoais, nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011;

V. Atuação integrada e sistêmica na expedição de atestados, certidões e documentos comprobatórios de regularidade; e

VI. Obtenção de informações precisas e de fácil acesso nos locais de prestação do serviço, assim como sua disponibilização na internet, especialmente sobre:

a. horário de funcionamento das unidades administrativas;
b. serviços prestados pelo órgão ou entidade, sua localização exata e a indicação do setor responsável pelo atendimento ao público;
c. acesso ao agente público ou ao órgão encarregado de receber manifestações;
d. situação da tramitação dos processos administrativos em que figure como interessado; e
e. valor das taxas e tarifas cobradas pela prestação dos serviços, contendo informações para a compreensão exata da extensão do serviço prestado.

VII. Comunicação prévia da suspensão da prestação de serviço.

A Lei Geral de Proteção de Dados ou "LGPD" confere certos direitos às pessoas físicas no que diz respeito aos seus dados pessoais. Dessa forma, buscamos garantir transparência e controles de acesso a fim de permitir aos usuários se beneficiar dos direitos mencionados.

Os direitos conferidos às pessoas físicas, sem prejuízo das limitações previstas na legislação aplicável, são os seguintes:

I. Direito de acesso - o direito de ser informado e solicitar acesso aos dados pessoais processados por nós;

II. Direito de retificação - o direito de solicitar que alteremos ou atualizemos os seus dados pessoais quando os mesmos estiverem incorretos ou incompletos;

III. Direito de remoção - o direito de solicitar a remoção de seus dados pessoais;

IV. Direito de restrição - o direito de solicitar que deixemos, temporária ou permanentemente, de processar todos ou alguns dos seus dados pessoais;

V. Direito de oposição - o direito, a qualquer momento, de se opor ao processamento dos seus dados pessoais por motivos relacionados à sua situação particular;

VI. Direito à portabilidade de dados - o direito de solicitar uma cópia dos seus dados pessoais em formato eletrônico.

6. RESPONSABILIDADES DO USUÁRIO

O usuário se responsabiliza pela precisão e pela veracidade dos dados informados e reconhece que a inconsistência deles poderá implicar a impossibilidade de se utilizar o portal da **ETIPI**.

Durante a utilização do portal da **ETIPI**, a fim de resguardar e de proteger os direitos de terceiros, o usuário se compromete a fornecer somente seus dados pessoais, e não os de terceiros.

O uso comercial das expressões utilizadas em aplicativos como marca, nome empresarial ou nome de domínio, além dos conteúdos do serviço, assim como os programas, bancos de dados, redes e arquivos que permitem que o (a) usuário (a) acesse sua conta, estão protegidos por leis e tratados internacionais de direito autoral, marcas, patentes, modelos e desenhos industriais.

Ao acessar o serviço, os (as) usuários (as) declaram respeitar todos os direitos de propriedade intelectual e os decorrentes da proteção de marcas, patentes e/ou desenhos industriais, depositados ou registrados, bem como todos os direitos referentes a terceiros (as) que porventura estejam, ou estiverem de alguma forma, disponíveis no serviço.

O simples acesso ao serviço não confere aos (às) usuários (as) qualquer direito ao uso dos nomes, títulos, palavras, frases, marcas, patentes, imagens, dados e informações, dentre outras, que nele estejam ou estiverem disponíveis.

Os (as) visitantes e usuários (as) assumem toda e qualquer responsabilidade, de caráter civil e/ou criminal, pela utilização indevida das informações, textos, gráficos, marcas, imagens, enfim, todo e qualquer direito de propriedade intelectual ou industrial do serviço.

O (a) usuário (a) é responsável pela reparação de todos e quaisquer danos, diretos ou indiretos (inclusive decorrentes de violação de quaisquer direitos de outros (as) usuários (as); de terceiros (as), inclusive direitos de propriedade intelectual; de sigilo; e de personalidade), que sejam causados a Empresa de Tecnologia da Informação do Piauí, a qualquer outro (a) usuário (a), ou ainda a qualquer terceiro (a), inclusive em virtude do descumprimento do disposto nestes Termos de Uso e Política de Privacidade ou de qualquer ato praticado a partir de seu acesso ao serviço.

O Governo do Estado do Piauí não poderá ser responsabilizado pelos seguintes fatos:

a) Equipamento infectado ou invadido por atacantes;
b) Equipamento avariado no momento do consumo de serviços;
c) Proteção do computador do usuário que acessa o portal da **ETIPI**;
d) Proteção das informações baseadas nos computadores dos usuários;
e) Abuso de uso dos computadores dos usuários;
f) Monitoração clandestina do computador dos usuários;
g) Vulnerabilidades ou instabilidades existentes nos sistemas dos usuários;
h) Perímetro inseguro.

Em nenhuma hipótese, a Empresa de Tecnologia da Informação do Piauí – ETIPI será responsável pela instalação, no equipamento do Usuário ou de terceiros, de códigos maliciosos (vírus, trojans, malware, worm, bot, backdoor, spyware, rootkit, ou de quaisquer outros que venham a ser criados) ou do aplicativo baixado por fontes não oficiais, em decorrência da navegação na Internet pelo Usuário.

7. RESPONSABILIDADE DA ETIPI

A Empresa de Tecnologia da Informação do Piauí – ETIPI se compromete a cumprir todas as legislações inerentes ao uso correto dos dados pessoais do cidadão de forma a preservar a privacidade dos dados utilizados nos serviços oferecidos pelo portal, bem como a garantir todos os direitos e garantias legais dos titulares dos dados. Ela também se obriga a promover, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas. É de responsabilidade da ETIPI implementar controles de segurança para proteção dos dados pessoais dos titulares.

A Empresa de Tecnologia da Informação – ETIPI poderá, quanto às ordens judiciais de pedido das informações, compartilhar informações necessárias para investigações ou tomar medidas relacionadas a atividades ilegais, suspeitas de fraude ou ameaças potenciais contra pessoas, bens ou sistemas que sustentam o Serviço ou de outra forma necessárias para cumprir com obrigações legais. Caso ocorra, a ETIPI notificará os titulares dos dados, salvo quando o processo estiver em segredo de justiça.

8. POLÍTICA DE PRIVACIDADE

A Política de Privacidade estabelecida pelo Governo do Estado do Piauí e utilizada pela Empresa de Tecnologia do Piauí - ETIPI trata da utilização de dados pessoais.

Essa Política específica faz parte de forma inerente do presente Termo de Uso, ressaltando-se que os dados pessoais mencionados por esse portal serão tratados nos termos da legislação em vigor.

Privacidade e segurança são prioridades para a **ETIPI**, que tem comprometimento com a transparência do tratamento de dados pessoais de seus usuários (titular dos dados).

Essa Política específica faz parte de forma inerente do presente Termo de Uso, ressaltando-se que os dados pessoais mencionados por esse serviço serão tratados nos termos da legislação em vigor.

Para mais informações acesse nossa política de privacidade em: **https://portal.pi.gov.br/etipi/politica-de-privacidade/**.

9. MUDANÇAS NO TERMO DE USO

A presente versão (**1.0**) deste Termo de Uso foi atualizada pela última vez em: **26/04/2024**.

O editor se reserva o direito de modificar no site, a qualquer momento, as presentes normas, especialmente para adaptá-las às evoluções do portal da **ETIPI**, seja pela disponibilização de novas funcionalidades e serviços, seja pela supressão ou modificação daquelas já existentes.

Qualquer alteração e/ou atualização do Termos de Uso e da Política de Privacidade passará a vigorar a partir da data de sua publicação no sítio da **ETIPI** e deverá ser integralmente observada pelos Usuários.

10. INFORMAÇÕES PARA CONTATO

Em caso de dúvidas relacionadas ao site da **ETIPI**, entre em contato através dos nossos canais de atendimento:

E-mail: dpo@etipi.pi.gov.br

Ouvidoria: https://portal.pi.gov.br/etipi/fale-conosco/

11. FORO

Este Termo é regido pela legislação brasileira. Qualquer reclamação ou controvérsia com base neste Termo será dirimida exclusivamente pela Empresa de Tecnologia da Informação - ETIPI.

Sem prejuízo de qualquer outra via administrativa ou judicial disponível, todos os titulares de dados pessoais têm direito a apresentar reclamação à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) no endereço https://www.gov.br/anpd/pt-br/canais_atendimento/fale-conosco.